

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, reunida durante seu 39º Encontro Anual, em Caxambu, no dia 29 de outubro de 2015, a partir dos debates e reflexões realizados pela Mesa Redonda “Tensões políticas recentes e os seus efeitos sobre os impactos de projetos de desenvolvimento em povos tradicionais”, pelo Colóquio “A expertise antropológica em debate: diálogos e tensões entre a Antropologia e o Direito” e pelo Grupo de Trabalho “Projetos de desenvolvimento e direitos territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento”, chama atenção das autoridades constituídas para a situação alarmante dos Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva, no estado do Mato Grosso do Sul, submetidos a um processo prolongado de genocídio.

É vergonhoso que face a essa situação, especialmente o Ministro da Justiça, como executor máximo da política indigenista brasileira, em lugar de fazer cumprir os direitos constitucionais, esteja promovendo negociações, de acordo com interesses casuísticos, infringindo prazos para tomada decisão estipulados em lei, o que tem agravado extremamente conflitos locais, com reiterados anúncios de morte e violências contra indígenas.

Tais procedimentos, inspirados em um modelo de mesas de negociação, têm sido utilizados igualmente na negação de direitos de outros povos indígenas (como os Tupinambá, no estado da Bahia, mais recentemente), de terras de quilombolas e de outras populações tradicionais.

Destinatários:

Presidência da República

Ministério da Justiça

FUNAI

Procuradoria Geral da República

6ª Câmara-PGR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INCRA

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Agricultura